

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/04/2014 a 30/04/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Os novos fantasmas ambientais.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 05/04/2014.....	3
<b>Desafios do campo.</b> Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 15/04/2014 .....	4
<b>Mapa promove debate sobre preservação do solo</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 15/04/2014 .....	6
<b>Editorial do 'New York Times' alerta para o desmatamento na Amazônia.</b> Clara Allain – Folha de São Paulo, Ambiente. 15/04/2014 .....	7
<b>PGPM Bio beneficia cerca de 50 mil extrativistas em 5 anos.</b> Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 17/04/2014.....	8
<b>Cidadania, e não apito!</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 19/04/2014....	9
<b>Declaração dos povos Guarani Kaiowá</b> – Grande Assembleia – AtyGuasu – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/04/2014.....	10
<b>Ação de ONG tenta destravar Cadastro Ambiental Rural.</b> Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 23/04/2014 .....	11
<b>Trabalhadores rurais vão à Justiça contra barragem que poderá alagar a área mais produtiva de Cachoeiras de Macacu</b> – O Globo, Economia. 27/04/2014 .....	13
<b>Atendendo a pedidos do setor florestal, governo estuda agilizar licenças ambientais</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/04/2014 .....	14
<b>Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é tema de encontro em Belém (PA)</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2014.....	15
<b>Prisão de cacique acirra briga entre ruralistas e indígenas no Mato Grosso do Sul.</b> André de Souza – O Globo, Brasil. 28/04/2014.....	16

**Os novos fantasmas ambientais. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas.  
05/04/2014**

Os desafios da mudança climática têm ensejado mais palpites e paranoias que resultados concretos, desde que o tema passou a constar na agenda ambiental das Nações Unidas.

Para abordá-lo, a ONU criou o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), que se reúne a cada sete anos. A reunião mais recente foi em 2007. Neste ano, portanto, teremos outra, que já mobiliza especialistas em todo o mundo.

Nos preparativos para o encontro, tem-se a prévia do que o mobilizará. Como de costume – e por falta de conhecimento concreto do tema, ainda um mistério para a ciência –, o ambiente é de tiroteio no escuro: a emoção sobrepondo-se à objetividade, os interesses comerciais por trás de falsos temores.

No encontro passado, por exemplo, previu-se violento derretimento do gelo do Himalaia, com consequências apocalípticas que não se efetivaram. Como profetas, os cientistas ambientais têm fracassado, o que não lhes reduz o ânimo advinhatório.

O tema da vez – ou por outra, o fantasma da vez – é o biocombustível, com destaque para o estágio denominado "Introdução não técnica do documento preliminar". Parte do princípio de que a tecnologia do campo teve desenvolvimento mais veloz que o amadurecimento do conhecimento urbano, também chamado de "conhecimento não agrícola".

Pela nomenclatura adotada, percebe-se a confusão conceitual que a permeia. O intervalo de sete anos entre cada reunião tem, entre outros objetivos, o de permitir um domínio cada vez maior da questão. Mas o que se percebe é que tal não ocorre. Os protocolos científicos merecedores de crédito, quando os há, são escassos e limitados. Em compensação, abundam os palpites.

Fala-se agora que danos residuais ligados a eventos naturais extremos podem ocorrer em diferentes partes do planeta na segunda metade deste século, mesmo havendo corte substancial de emissões de gases de efeito estufa nos próximos anos. Anuncia-se assim mais uma fatalidade, que, como tal, deveria reunir místicos e religiosos, em vez de cientistas.

Não havendo nada a fazer, reza-se.

Não é só: o chamado "Sumário para os formuladores de políticas" analisa (como se os conhecesse) impacto, adaptação e vulnerabilidade do planeta mediante as mudanças climáticas.

Aponta ainda – sem o demonstrar – que a população pobre, principalmente de países tropicais como o Brasil, será a mais afetada por situações de seca e inundação, com risco de insegurança alimentar, caso não haja planejamento para adaptar culturas agrícolas às possíveis realidades.

Eis aí, só para não variar, o ponto: o agronegócio brasileiro. Ignora-se a atual legislação ambiental –o Código Florestal, o mais rigoroso do planeta– para difundir o pavor diante de consequências hipotéticas cujas causas não estão presentes.

Vejam o raciocínio: teme-se que os pecuaristas brasileiros vendam suas terras e saiam em busca de "florestas de baixo custo" para transformá-las em pastagens para animais.

O raciocínio, primário e mal-intencionado, criminaliza previamente a conduta do produtor rural, já que, para que a profecia se cumpra –a degradação de florestas–, seria preciso que se infringisse a lei, que proíbe desmatar sem licenciamento, mesmo em áreas nas quais o desmatamento é passível de autorização.

O biocombustível, alvo da falsa ira ambiental, não é um produto especulativo nem um modismo –muito menos um produto ornamental. Trata-se de uma conquista da tecnologia do agronegócio brasileiro, desenvolvida com o pleno envolvimento do produtor rural, cuja abundância, bem ao contrário do que se propaga, é aliada da causa ambiental: diminui e até mesmo retira do mercado os potentes poluidores de origem fóssil.

Os representantes brasileiros no IPCC não podem embarcar nessa canoa furada, permitindo que sofismas de tal ordem, calcados em inconfessáveis interesses comerciais, triunfem.

Estamos, mais uma vez, diante das duas clássicas oposições ao desenvolvimento rural brasileiro: de um lado, os que desde sempre são contra, não importam os motivos (sobretudo quando inexistem); de outro, os que temem a competição.

---

### **Desafios do campo. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 15/04/2014**

Convidaram-me os agricultores do Norte do Paraná para falar sobre os desafios da agricultura nacional. No recinto da famosa ExpoLondrina arrolei, entre tantos, seis deles. Para cada um apontei alguns caminhos de solução. Ao final do encontro, após intenso debate, saí com uma certeza: na desventura da política mora a angústia do produtor rural.

Aqui os seis grandes desafios no campo:

1) Manutenção da renda agregada. Crescentemente, na economia agrária, grandes conglomerados se formam, dominando preços e comprimindo a renda do agricultor. Seja na indústria processadora, que compra produtos agropecuários, seja nas empresas que fornecem insumos e máquinas, verifica-se uma concentração de poder que estrangula a rentabilidade agrícola. O produtor rural compra caro e vende barato.

Como poderiam os agricultores escapar dessa perversidade econômica? O cooperativismo e o associativismo configuram, com certeza, uma boa saída. Pequenos, juntos, ficam fortes, negociam em condições mais paritárias. Numa visão social-

democrata, o Estado também deveria intervir, zelando pela livre concorrência. Caberia um Cade para regular os agronegócios.

2) Instabilidade da renda. Típica da produção rural, que sofre perdas devidas às catástrofes naturais - seca, chuvarada, granizo -, a insegurança da renda agrícola, no Brasil, ademais é afetada pelas erráticas políticas de governo, que mudam ao sabor do vento. Anunciam-se planos de safra anuais, refletindo sempre uma visão de curto prazo. Vive-se o presente sem perspectivas futuras.

Que fazer contra essa inconstância? Seguro rural, sem dúvida, auxilia, cabendo ao governo subsidiar o oneroso prêmio. Ter atitude previdente, coisa rara no agricultor brasileiro, também parece bom conselho. Importante mesmo, porém, será a construção de uma verdadeira política agrícola que ofereça as regras, no mínimo, quinquenais, quiçá decenais, para a economia rural. Aí, sim, com planejamento estratégico, se vislumbrará o longo prazo.

3) Sustentabilidade no campo. A agenda socioambiental chegou para ficar na roça. Produzir sem depredar agora se impõe. O novo Código Florestal consolida a produção tradicional e, por outro lado, exige absoluto respeito às matas ciliares e aos remanescentes de florestas. Certificação de boas práticas agrícolas, bem-estar animal, conservação do solo, manejo integrado de pragas e doenças, qualidade da produção: época da qualidade total.

Goste-se ou não, pouco adianta brigar contra a agenda ambiental, senão adotá-la como sua. Assim procedendo, tendo atitude proativa, se vencerá facilmente tal desafio. O desenvolvimento tecnológico será fundamental, necessário para casar a elevada produtividade com o preceito ecológico. Basta ver o plantio direto, técnica revolucionária que salvou o Cerrado nacional da erosão.

4) Segurança jurídica. O País parece precisar de uma nova Lei de Terras, a exemplo da que, em 1850, estabeleceu a propriedade privada no campo. Até hoje enormes regiões padecem das incertezas sobre a titularidade de seus imóveis rurais, glebas duvidosas, devolutas, que não conseguem registro em cartório. Além dessa fraqueza fundiária, surgiram conflitos pela posse da terra, protagonizados por indígenas, quilombolas, fora as invasões de terras que, num piscar de olhos, roubam a fazenda herdada dos avós.

Para enfrentar tais vicissitudes resta aos agricultores exigir firmeza do poder público, o único capaz de apaziguar o campo. O Incra, tão desprestigiado, deveria reinventar-se num poderoso "Instituto de Terras" e promover, de uma vez por todas, numa espécie de "rito sumário", a regularização fundiária do País. Todos fumariam o cachimbo da paz.

5) Logística e infraestrutura. Ferrovias inexistentes, hidrovias no papel, portos entupidos, estradas esburacadas, fretes caríssimos, burocracia exagerada, telecomunicações lerdas, tudo conspira contra a produção rural, especialmente a que se aventura nas distantes fronteiras do Centro-Oeste. Deficiências banais no armazenamento e no transporte de cargas roubam a competitividade do agronegócio.

Nesse caso, existe apenas uma saída: o governo investir, aceleradamente, nos corredores de desenvolvimento. Apostar na interiorização da Nação.

6) Imagem na sociedade. Entre tantos desafios, este rouba o brilho do campo e rebaixa a autoestima do agricultor. Influenciada pela imagem trazida do passado escravocrata e latifundiário, a sociedade brasileira pouco valoriza seus agricultores. Na Europa, ao contrário, eles representam o esteio antepassado; nos EUA, orgulhosamente, são tratados como pioneiros. Aqui, viraram ruralistas. Quase um palavrão.

Como vencer esse terrível desafio? A bola, nesse caso, quica nos pés do agricultor. Acertar a linguagem, fugir dos discursos antigos, renovar as lideranças, melhorar sua representação política, isso é essencial. Ter novas atitudes, promover os jovens, conectar-se com a sociedade, tudo fundamental.

Desafios existem para ser sobrepujados. Uns dependem de nós e outros, nem tanto. No caso da agricultura brasileira, algumas lições precisam ser vencidas pelos próprios produtores. Mas a maior parte das tarefas recai no âmbito do governo. E depende de decisões políticas. Aí a porca torce o rabo.

Pela primeira vez em 54 anos, nenhuma autoridade do governo federal participou da inauguração da ExpoLondrina. Solenidade que já contou, inúmeras vezes, com a presença de presidentes da República, desta vez nem o ministro do ramo nem representante compareceram. A ausência reflete o descaso pela agropecuária do Paraná.

Os produtores chatearam-se. Mas prometeram reagir. Ventos da mudança sopravam por lá.

---

### **Mapa promove debate sobre preservação do solo – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 15/04/2014**

*Evento contará com diversas palestras trazendo bons exemplos de conservação*

Para comemorar o Dia Nacional da Conservação do Solo, que é nesta terça-feira, dia 15 de abril, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), promoverá amanhã (16) um evento para tratar dos desafios da agricultura com foco na conservação do solo e da água.

O encontro, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), será realizado no Auditório Maior do Ministério da Agricultura, em Brasília, a partir das 9h. A abertura vai contar com a presença do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Caio Rocha.

Entre os convidados estão a professora da Universidade Positivo, Marie Bartz, que vai tratar sobre minhocas como indicadoras de qualidade do solo, o produtor rural da Fazenda de Vargem Grande (em Rio Verde – GO), Flávio Faedo, que apresentará um histórico do plantio direto na propriedade dele e ainda o consultor da Fartura

Consultoria S. Agropecuária, Ricardo Padulla, para apresentar os resultados de dez anos com Integração Lavoura-Pecuária no projeto Arenito do Vale, na Estância JAE, no Paraná.

A preservação do solo evita a erosão e, conseqüentemente, o assoreamento dos rios. Além disso, impede o desequilíbrio hídrico e faz com que a água da chuva seja absorvida pelos lençóis freáticos, gerando reserva de água e evitando enchentes.

---

### **Editorial do 'New York Times' alerta para o desmatamento na Amazônia. Clara Allain – Folha de São Paulo, Ambiente. 15/04/2014**

Em editorial intitulado "Perdendo terreno na Amazônia", o "New York Times" alerta para o desmatamento da Amazônia a partir de dados obtidos por um sistema global de mapeamento florestal desenvolvido por cientistas da Universidade de Maryland, do Google e do governo dos Estados Unidos.

Um sistema global de mapeamento florestal desenvolvido por cientistas da Universidade de Maryland, do Google e do governo dos Estados Unidos hoje é capaz de identificar exatamente onde e com que rapidez ocorre desmatamento em todo o mundo. Os resultados são alarmantes. O mundo está perdendo o equivalente a 50 campos de futebol de florestas a cada minuto.

No Brasil —que abriga 60% da floresta amazônica e é um componente importantíssimo do sistema climático mundial—, o índice de desmatamento subiu 28% em 2012-2013. Ambientalistas dizem que uma mudança promovida em 2012 nos regulamentos brasileiros que regem a conservação florestal é parcialmente responsável por isso.

O Brasil vinha fazendo avanços positivos. Do máximo de 27.433 quilômetros quadrados em 2004, o desmatamento tinha caído para 4.654 quilômetros quadrados em 2011; o número de toneladas métricas de dióxido de carbono liberadas na atmosfera também diminuiu, de 1,1 bilhão em 2004 para 298 milhões em 2011. Esses avanços foram frutos da implementação firme do Código Florestal brasileiro de 1965 e de uma moratória sobre a soja imposta em 2006, um pacto voluntário mediado pelo governo brasileiro, o agronegócio e grupos ambientais para prevenir a comercialização de soja cultivada em áreas desmatadas.

A soja não é a única causa do desmatamento no Brasil, mas é um fator importante. O Brasil é hoje o segundo maior produtor mundial de soja, atrás apenas dos Estados Unidos. A soja tem sido uma dádiva para a economia brasileira, e a demanda global é crescente. Sob pressão intensa de interesses agrícolas, em julho de 2012 a Câmara dos Deputados brasileira aprovou uma legislação que revogou muitas dos elementos do Código Florestal de 1965, reduziu a quantidade de áreas de reserva na Amazônia e anistiou violadores passados dos regulamentos.

Para crédito dela, a presidente Dilma Rousseff frustrou algumas das medidas mais prejudiciais contidas na nova legislação, mas o índice de desmatamento subiu, mesmo assim.

A moratória da soja foi prorrogada até o final de 2014, momento no qual o Brasil pretende já contar com novos mecanismos para fiscalizar o cultivo de soja em áreas desmatadas. Esses mecanismos precisam ser respaldados por implementação digna de crédito. E os países desenvolvidos precisam fazer mais para ajudar o Brasil, a Indonésia e outras nações cujas florestas estão em risco a proteger um recurso natural cuja preservação interessa a todos.

---

### **PGPM Bio beneficia cerca de 50 mil extrativistas em 5 anos. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 17/04/2014**

Cerca de 50 mil extrativistas já foram beneficiados pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), revela balanço da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Desde a implementação do programa, em 2009, foram aplicados R\$ 16 milhões, totalizando 27 mil toneladas de produtos extrativos subvencionados.

"A atuação da Política é mais forte nas regiões Norte e Nordeste", ressalta a gerente de Produtos da Sociobiodiversidade, Ianelli Sobral Loureiro. Segundo ela, a Bahia é o estado que mais operou a PGPM Bio nestes cinco anos de programa, com 37,8% dos recursos aplicados, seguido do Maranhão, Amazonas e Acre, com participação de 29,3%, 13,5% e 9% respectivamente.

A intervenção da Conab também auxilia na preservação do meio ambiente, uma vez que oferece garantia de renda à coleta e comercialização de produtos florestais não madeireiros (extrativistas). Em cinco anos de PGPM-Bio, R\$ 6,1 milhões foram aplicados em atividades extrativistas situadas no bioma da Mata Atlântica. Os recursos destinados para a Amazônia foram de R\$ 5,9 milhões. No Cerrado, o governo federal investiu R\$ 2,8 milhões. O restante (1,2 milhão) foi aplicado na área de transição entre o Cerrado e a Amazônia

A PGPM-Bio possibilita ao extrativista receber um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal. Atualmente, 84 municípios em 11 estados operam a PGPM-Bio, que engloba 13 produtos: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha, cacau, castanha, carnaúba, juçara, mangaba, pequi, piaçava e umbu. Desse total, seis apresentam necessidade de intervir no mercado regularmente, a partir de operações de subvenção. Dentre eles, a borracha apresenta o melhor desempenho desse subsídio, com apoio financeiro a 26,9% da produção nacional. A piaçava também se destaca, com subsídio a 13,6% da produção nacional.

---



## **Cidadania, e não apito! Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 19/04/2014**

Pode parecer estranho que a presidente da CNA se disponha a fazer um artigo sobre o Dia do Índio, considerando os problemas que envolvem os produtores rurais e os indígenas em nosso país. Uma coisa é o reconhecimento histórico de uma injustiça, outra, a sua reparação cometendo uma nova injustiça.

Os indígenas foram, no passado, vítimas da violência, principalmente por parte do Estado brasileiro.

Foram perseguidos, expulsos de suas terras e tiveram suas culturas tradicionais profundamente transformadas pela imposição de outra forma de religiosidade. Foram isolados de seu mundo ancestral, tendo de peregrinar por diferentes partes de nosso território.

Logo, a reparação histórica a ser feita incumbiria aos que tiveram uma responsabilidade direta pela situação atual. Se o Estado brasileiro está verdadeiramente interessado em restabelecer a justiça, deveria fazê-lo com seus próprios meios, que são os impostos extraídos de toda a população brasileira.

Impostos são bens de particulares passados à administração do Estado. Têm, por princípio, uma finalidade pública.

Se são utilizados para a educação, a moradia e a saúde, por exemplo, é porque justiça é buscada para aqueles que não têm acesso a esses bens, que deveriam estar ao alcance de todos. Podem ser também empregados para a realização de outras formas de justiça, como a que tem os indígenas como destinatários.

O Estado pode fazer isso de múltiplas maneiras. Pode comprar terras para os indígenas que as reivindicam, pode fazer campanhas contra o preconceito, fornecer aos habitantes originários dessas terras educação e saúde de qualidade e pode, ainda, pôr ao alcance dos índios que assim desejarem uma educação multicultural, além de construir-lhes moradias dignas.

E tudo isso estaria mais próximo da realidade se a Funai (Fundação Nacional do Índio) fosse menos ideológica e mais competente para atender às necessidades dos índios, que, em pesquisa do Datafolha, apontaram o difícil acesso à saúde, e não a falta de terra, como maior problema que enfrentam hoje.

Aliás, se o Estado assim proceder, estará agindo consoante com a imensa maioria dos indígenas, que sonha ter acesso ao bem-estar e aos bens de consumo que brasileiros não índios já acessaram.

Basta escutar a demanda dos indígenas de nosso país e observar suas precárias moradias para ter ciência de que não querem, nem pretendem, voltar a uma era pré-Cabral. Querem ser brasileiros indígenas, índios cidadãos, e não constituir isoladamente uma nação dentro da nação brasileira, que é de todos nós.

De outro lado, a Funai deveria parar de incitar o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) a travar uma luta contra o agronegócio, o lucro, a economia de mercado e os produtores rurais, como se esses fossem os verdadeiros responsáveis pelos atuais conflitos agrários envolvendo demandas indígenas.

Não é mais possível que índios sejam os instrumentos de tais políticas, sendo eles, da mesma maneira que os empreendedores rurais, vítimas de uma situação que os ultrapassa.

Se o problema consiste em terras, que sejam compradas a preço de mercado. Far-se-ia justiça aos indígenas injustiçados, sem que outra injustiça fosse cometida, expropriando terras de produtores rurais que as compraram legitimamente. Possuem títulos de propriedade que remontam há décadas, se não séculos.

Sempre convém lembrar que "desapropriações indígenas" são verdadeiras expropriações, pois a terra nua não é paga, apenas as benfeitorias ditas de "boa-fé". É o império da injustiça e do arbítrio.

Se há conflitos de direitos entre brasileiros índios e empreendedores rurais, que sejam equacionados segundo a responsabilidade histórica dos diferentes atores.

A injustiça não pode ser acobertada ideologicamente pelos que visam a destruir a economia de mercado e o Estado democrático de Direito, transformando indígenas em meros instrumentos de seus projetos políticos.

Minha homenagem pessoal aos povos indígenas eu fiz a cada nascimento de meus três filhos, que, não por acaso, chamam-se Irajá, Iratã e Iana. O que todos esperamos, agora, é que justiça seja feita para todas as partes!

---

#### **Declaração dos povos Guarani Kaiowá – Grande Assembleia – AtyGuasu – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/04/2014**

*Em Assembleia realizada na última semana, os Guarani Kaiowá reclamam da morosidade do governo em demarcar seu território, e afirmam que eles próprios farão a demarcação.*

14 a 18 de Abril de 2014

Nesse Dia do Índio, era para estarmos cantando, dançando, mas estamos aqui com o coração na mão. Temos ordens de reintegração de posse contra nossas aldeias, que podem acontecer a qualquer momento, com toda a violência da polícia e do fazendeiro. Eles continuam nos ameaçando e nos matando de várias formas, principalmente nossas lideranças.

A presidente, os deputados, os juízes, são também responsáveis por todos os crimes que os fazendeiros e seus capangas cometem. São todos assassinos: matam com suas

canetas, quando não demarcam nossas terras tradicionais, quando fazem leis contra nós, quando soltam liminares para nos expulsar de nossa própria terra.

Entramos para retomar nossas terras e a falsa Justiça fica do lado do fazendeiro. Mas quando o fazendeiro atropela o indígena pelas estradas, quando atira em nós, quando manda matar as lideranças, então os juízes ficam quietos, não fazem nada. A lei é só para o branco?

A Constituição de 1988 nos garante o direito a terra, mas isso fica só no papel, por que o branco não cumpre suas próprias leis. Os últimos governos, de Lula e Dilma, demarcaram menos terras do que os governos anteriores. Hoje só vemos o derramamento do sangue do nosso povo.

Resistimos desde 1500. A essa altura, em 2014, não temos mais nada a provar. Essas terras são nossas, e elas estão respingadas de sangue. Quando o branco chegou aqui, já nos encontrou. Nós chegamos primeiro. Hoje não queremos tudo, queremos apenas um pedaço da terra, onde viveram e morreram nossos ancestrais, para estar em paz com a nossa família.

Porém, se não tiver demarcação, vamos fazer a nossa auto-demarcação, e vamos retomar tudo, porque sabemos que na verdade tudo é nosso. Não conhecemos o medo. Nós sabemos quem somos, e estamos unidos. Podem tirar o Guarani Kaiowá da terra, mas não podem tirar a terra do Guarani Kaiowá.

Grande Assembleia AtyGuasu

---

### **Ação de ONG tenta destravar Cadastro Ambiental Rural. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 23/04/2014**

Enquanto as regras do governo federal sobre o Cadastro Ambiental Rural, o CAR, não saem, uma iniciativa bancada por uma organização não governamental procura tirar o processo da paralisia. A Conservação Internacional (CI-Brasil) lança hoje o Inovacar, uma plataforma para que Estados amazônicos monitorem indicadores, troquem experiências e destravem a implementação da mais importante ferramenta do Código Florestal. Especialistas no tema já avisam: não será um processo fácil.

Dois anos depois da aprovação do Código Florestal, o governo federal ainda não publicou a resolução normativa que regulamenta o CAR. O cadastro irá identificar áreas produtivas e de preservação ambiental de cada propriedade rural no país, elencando passivos e ativos florestais de cada um.

"A leitura que temos é que implantar o CAR, que é o único instrumento para que o Código Florestal comece a operar, será uma tarefa muito difícil", diz Valmir Ortega, consultor da CI e ex-secretário de meio ambiente do Pará. "Se esta ferramenta não for adotada, teremos mais uma vez uma lei que não pegou." Ortega continua: "É a única chance de o Código Florestal não ser letra morta."

"Essa é uma tarefa difícil", avalia. "Pode ser mais ou menos difícil, a depender da vontade política de se querer fazer." O primeiro problema são as dificuldades técnicas e institucionais de se fazer o CAR considerando-se que são 5,5 milhões de propriedades no país. Em muitos casos, o cadastro pode exigir um esforço institucional três a quatro vezes maior que todo o trabalho rotineiro dos órgãos ambientais.

Ortega exemplifica com o caso do Pará. Quando era secretário de meio ambiente, entre 2007 e 2009, a Sema emitia por ano perto de 8 mil atos administrativos entre licenças e autorizações e tinha cerca de 500 funcionários.

Agora, somente no Pará, serão entre 250 mil e 300 mil cadastros rurais. A Sema terá que se manifestar sobre cada um. A maioria terá passivo de reserva legal e de áreas de proteção permanente. "É presumível que se faça uma análise mínima de cada cadastro. Se se imaginar que isto será feito em 10 anos, o que é um prazo inadmissível, a Sema terá 25 mil CAR para analisar por ano", estima. "Licenciamento ambiental é algo muito mais complexo, mas mesmo assim."

Os órgãos ambientais estaduais irão delegar o esforço para os municípios, prevê. "Quantos municípios terão capacidade de analisar os dados? Muda o lugar do esforço, mas será preciso investimento para atender a esta demanda. Nenhum Estado irá absorver este volume de trabalho sozinho."

A iniciativa da CI tem dois grandes pilares. Um deles é a coleta de dados dos Estados amazônicos e o monitoramento de indicadores. O outro trata de patrocinar a troca de experiências entre eles. "É uma forma de contribuímos para o processo de implementação do CAR e do Código Florestal", diz Patricia Baião, diretora de relações institucionais da CI - Brasil. "No debate do Código, tivemos derrotas incontestáveis, mas o processo é daqui para frente. Queremos apoiar a implementação da lei. O pior cenário seria de, mais uma vez, a lei não ser implementada."

O site [www.inovacar.org.br](http://www.inovacar.org.br) trará indicadores sobre a situação dos Estados amazônicos. Será possível saber o arcabouço legal do Pará e suas diferenças em relação ao Acre. Quais Estados têm decretos específicos sobre CAR, quais têm equipe dedicada à implementação do cadastro. Neste momento, o estudo da CI indica que os estados estão "em compasso de espera, aguardando a resolução do governo federal", diz Patricia Baião.

Para montar o Inovacar foram ouvidas as secretarias ambientais dos nove estados amazônicos. "Montamos uma lista de indicadores para acompanhar o processo", diz Mauro Pires, consultor da CI. O diagnóstico procurou identificar uma série de indicadores. Vão desde mostrar quais Estados têm estratégias para apoiar os pequenos proprietários a indicar os que buscaram recursos do Fundo Amazônia para implantar o CAR.

"Há muitas dificuldades", antecipa Pires. "Como será feito o CAR das populações tradicionais? Quem mora em área de várzea irá fazer seu registro de acordo com o

período de seca ou o de chuva?". O Ministério do Meio Ambiente montou um sistema nacional, o Sicar. Alguns Estados, como Pará e Mato Grosso, tinham sistemas similares há anos e é preciso agora proporcionar a integração. "Quem já fez o CAR nestes Estados terá que recadastrar seu imóvel?", pergunta Pires. "Há muitas dúvidas e o processo nem começou", diz ele.

---

### **Trabalhadores rurais vão à Justiça contra barragem que poderá alagar a área mais produtiva de Cachoeiras de Macacu – O Globo, Economia. 27/04/2014**

Uma polêmica que há dois anos assombra cerca de 350 famílias de agricultores que vivem e produzem em Cachoeiras de Macacu, a cerca de 100km do Rio, entra amanhã numa fase decisiva. O projeto de construção da Barragem do Rio Guapiaçu — que transformará uma das áreas mais produtivas do estado num imenso lago — passará por sua primeira audiência pública, enquanto o governo do estado tenta a liberação das licenças para iniciar as obras. O caso também é analisado pelo Ministério Público.

A construção da barragem é cercada de controvérsia. A Secretaria estadual do Ambiente argumenta que o empreendimento — que devastará uma região com tamanho equivalente a dois mil campos de futebol — é a melhor alternativa para garantir o abastecimento de água na região que cerca o Complexo Petroquímico do Rio (Comperj).

Mas, para o engenheiro Roberto Oliveira, membro do subcomitê Leste da Baía de Guanabara, há alternativas mais econômicas e com menor impactos social e ambiental.

— Existe a opção de fazer três barragens menores, em terras menos produtivas da região. O número de afetados seria infinitamente menor, assim como os custos — diz o engenheiro: — A escolha de uma única barragem, com tamanho maior, certamente não foi por questões técnicas.

O decreto de desapropriação das terras foi publicado no fim do ano passado, trazendo angústia aos cerca de três mil moradores e trabalhadores da região. A maioria são antigos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), assentados, em 2002, pela reforma agrária, e que, agora, temem perder tudo.

Rosilene Melo, de 38 anos, é uma delas. Quando deixou o trabalho de diarista nas lavouras para ter sua própria terra, encontrou apenas mato por ali. Hoje, se orgulha da bela produção de milho, que fica colada na confortável casa de cinco cômodos que construiu ao longo dos últimos 12 anos:

— Plantamos, colhemos e fizemos nossas vidas aqui. Meu sonho sempre foi ter uma casinha e dar um futuro melhor para meu filho. E consegui. Mas, agora, o que será de nós? — pergunta Rosilene, que trabalha na roça com o filho, Henrique, de 17 anos.

De acordo com Almir Dias, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Cachoeiras de Macacu, a região que será alagada é responsável pela geração

de até R\$ 110 milhões por ano, com a produção principalmente de aipim, goiaba, feijão e quiabo:

— Essa é uma região muito fértil. Vai tudo para a Ceasa.

No assentamento do Vale do Guapiaçu também desde 2002, os agricultores João Antenir, de 65 anos, e Armando Ribeiro, de 86, temem perder a renda — atualmente de R\$ 2 mil por mês, em média — com o trabalho na lavoura.

— Para nós, sair será a morte. A gente não está reclamando de dar a água. Mas o que estão querendo fazer é tirar nossas vidas — diz João.

Armando se preocupa com um possível futuro na cidade:

— Sempre vivi e trabalhei na roça. Foi uma luta conseguir essa terra e mantê-la.

Audiência pública: A reunião, em Cachoeiras de Macacu, foi exigida pelos próprios agricultores. Eles reclamam da falta de informações sobre a desapropriação. “Infelizmente, é mais uma barragem em que o primeiro direito dos atingidos, que é o da informação, está sendo negado. Isso gera um enorme processo de angústia”, critica Leonardo Bauer, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Impacto direto: Bauer também ressalta que o reflexo não será apenas para as famílias da região. “Há toda uma cadeia dependente daquela produção. O impacto direto chega a 15 mil trabalhadores”.

Indenização: Uma das principais reclamações é o valor das desapropriações: R\$ 5 mil por hectare, o que renderia cerca de R\$ 20 mil para cada assentado, valor que não chega a 10% do praticado, atualmente, na região. O governo diz que as indenizações estão sendo reavaliadas.

Abastecimento: A Secretaria do Ambiente diz que a barragem — que está orçada em R\$ 250 milhões — vai garantir o abastecimento de cerca de dois milhões de pessoas em Maricá, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

---

### **Atendendo a pedidos do setor florestal, governo estuda agilizar licenças ambientais – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/04/2014**

Após ouvirem, de representantes do setor florestal, relatos de dificuldades na obtenção de licenças ambientais e sugestões de alterações na lei que regula o tema, o governo do Estado sinalizou com agilização no processo. A informação foi dada, nesta sexta-feira (25/04), na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (Farsul), pelo secretário estadual do Meio Ambiente, Néio Lúcio Pereira, e pelo presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam), Nilvo Silva.

“O Estado nos informou que há um estudo na Secretaria do Meio Ambiente para algumas simplificações que podem ser feitas dentro da lei”, explicou o vice-presidente da Farsul, Gedeão Pereira, que participou do encontro entre representantes do setor florestal e do Governo do Estado. Entretanto, não houve detalhamento das mudanças previstas. O dirigente da Farsul explica que o setor aguarda uma portaria com novas regras para as próximas semanas.

Estiveram ainda presentes no encontro representantes da Fetag, Fiergs, Fecomércio, Famurs, Afubra, Sindimadeira-RS, Agaflor, Ageflor, Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos da Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul (Sinpasul).

---

### **Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é tema de encontro em Belém (PA) – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2014**

Levantar propostas para a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (SNDRSS) é o principal objetivo do Encontro da Rede Estadual de Colegiados Territoriais do Pará, que começa nesta terça-feira (29), em Belém (PA).

Na programação do encontro destacam-se as seguintes pautas: debate sobre o conceito e o papel da rede de colegiados no âmbito do Programa Territórios da Cidadania; análise, debate e contribuições ao SNDRSS; políticas públicas territoriais: Proinf, Pronaf, PAA, Ater; debates sobre desenvolvimento rural e sobre a representação dos Colegiados Territoriais; Acordo de Cooperação Técnica CNPq/MDA nos territórios; construção da agenda de ações da Rede de Colegiados; e a participação no Encontro Nacional da Rede de Colegiados (Enrede).

Marcelo Fragozo, coordenador-geral de desenvolvimento humano, do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vai falar sobre a Contextualização Nacional da Política Territorial. Na oportunidade, serão formados grupos de trabalho para mapear o funcionamento da rede estadual e para reorientar os planos de ação.

As atividades dão continuidade à ação de reorganização do Programa Territórios da Cidadania e contam com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Este ano já foram realizados vinte e dois encontros.

Participam dos eventos, representantes das Redes Estaduais de Colegiados Territoriais, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os encontros são preparatórios para o Enrede Nacional que será realizado em Salvador (BA), de 19 a 23 de maio. No evento nacional, estarão reunidos Colegiados Territoriais de todo o País.

A demanda pela construção de um Sistema Nacional, presente nas resoluções da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), realizada em 2013, marcou um significativo avanço na implementação de políticas de desenvolvimento rural, especialmente nos últimos dez anos.

---

**Prisão de cacique acirra briga entre ruralistas e indígenas no Mato Grosso do Sul.  
André de Souza – O Globo, Brasil. 28/04/2014**

*Índios do Mato Grosso do Sul exigiram libertação do cacique baiano e ameaçaram deixar negociações com produtores rurais*

BRASÍLIA - A prisão do cacique Babau, acusado de ter participado do assassinato de um agricultor no sul da Bahia, é o mais recente episódio da briga entre produtores rurais e lideranças indígenas. Em nota publicada há quatro dias, lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul disseram que abandonariam a mesa de negociação para pôr fim aos conflitos com produtores rurais de seu estado, caso o índio baiano não seja libertado até esta segunda-feira. Em resposta, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou outra nota hoje, defendendo a prisão e repudiando a posição das lideranças indígenas. Segundo a CNA, os índios do Mato Grosso do Sul estão fazendo ameaças com práticas terroristas.

A nota da CNA é assinada pela presidente da entidade, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO). Ela afirma que "assiste, com apreensão, às recentes ameaças ao Estado de direito". Segundo a senadora, as lideranças indígenas estão ignorando a lei, os valores democráticos e incitando a violência. "Essas entidades não podem ameaçar a sociedade brasileira com práticas terroristas, impondo prazo para que o Poder Judiciário revogue uma decisão prevista no ordenamento jurídico para qualquer investigado", afirma a nota da CNA.

A senadora faz referência à outra nota, assinada por lideranças de quatro povos indígenas do Mato Grosso do Sul: guarani kaiowá, terena, kinikinau e ofaié. "Nós lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul exigimos: libertem o Cacique Babau do povo Tupinambá! Caso contrário, iremos iniciar a retomada de nossos territórios tradicionais e abandonaremos a mesa de negociação do governo federal!", diz o primeiro parágrafo da nota dos índios. "Cacique Babau, nós estamos com você, vamos até o fim!", diz o texto mais à frente.

Babau se entregou à Polícia Federal (PF) na última quinta-feira, um dia depois de ser impedido de viajar ao Vaticano, onde se encontraria com o papa Francisco, a convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como havia um mandado de prisão contra ele, acabou tendo o passaporte suspenso pela PF.



"Esta atitude da Polícia Federal escandaliza mais uma vez as articulações política inescrupulosa do governo brasileiro, em não querer que a situação dos povos indígenas do Brasil seja denunciada internacionalmente. Cacique Babau é referência da luta dos povos indígenas do Brasil e nosso companheiro de luta. Não aceitaremos essa sistemática criminalização de nossas lideranças que lutam pela recuperação dos nossos territórios tradicionais", diz a nota das lideranças indígenas sul-mato-grossenses.

A CNA refuta os argumentos dos índios. "É fundamental salientar que os motivos da prisão não guardam qualquer relação com causas indígenas, como o pleito por saúde ou pela melhoria das condições de vida dos brasileiros índios. O crime investigado é a participação do suspeito no cruel assassinato, com características de execução por grupo de extermínio, de Juracy dos Santos Santana, um pequeno agricultor familiar do sul da Bahia que chegou a pedir, em vão, proteção ao Ministério da Justiça", informa a senadora Kátia Abreu.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa